

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL ★ ★ ★

Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.
Al. Barão de Limeira, 425, Campos Elíseos, CEP 01202-900, São Paulo, SP

Presidente: LUÍS FRIAS

Diretor Editorial: OTAVIO FRIAS FILHO

Superintendentes: ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES E JUDITH BRITO

Editora-executiva: ELEONORA DE LUCENA

Conselho Editorial: ROGÉRIO CEZAR DE CERQUEIRA LEITE, MARCELO COELHO, JANIO DE FREITAS, GILBERTO DIMENSTEIN, CLÓVIS ROSSI, CARLOS HEITOR CONY, CELSO PINTO, ANTONIO MANUEL TEIXEIRA MENDES, LUÍS FRIAS E OTAVIO FRIAS FILHO (secretário)

Diretoria-executiva: ANTONIO CARLOS DE MOURA (comercial), ADALBERTO FERNANDES (industrial/tecnologia), MURILO BUSSAB (circulação) E MIGUEL LONGO JUNIOR (financeiro)

Editoriais

editoriais@uol.com.br

O discurso de Cabral

Apesar dos insultos, governador do Rio contribui para colocar em discussão o acesso aos métodos contraceptivos

SERIA TUDO mais simples se atitudes de preconceito e obscurantismo, corriqueiras em nossa sociedade, estivessem restritas a alguns poucos porta-vozes inflamados e plenamente convictos do teor de suas manifestações.

O hábito da incorreção política e da disposição discriminatória se mostra, contudo, tão arraigado no discurso cotidiano que contamina até raciocínios enunciados a partir de uma perspectiva igualitária e modernizante.

Referindo-se à favela da Rocinha como “fábrica de produzir marginal”, uma vez que são relativamente altos os índices de fecundidade que lá se verificam, o governador fluminense Sérgio Cabral Filho (PMDB) incorreu num lamentável insulto que, deve-se contudo ressaltar, corresponde ao pensamento de consideráveis setores da população brasileira.

Vivemos, afinal, num país em que um assassino e torturador fardado, supostamente incorruptível — o famoso capitão Nascimento, personagem do filme “Tropa de Elite” — ascende com rapidez assustadora ao panteão dos heróis populares.

Das planejadas ações de “higienismo urbano”, visando a varrer os mendigos das ruas, aos bárbaros ataques de jovens que incendiam indigentes durante a noite, parecem surgir na sociedade brasileira sinais de uma perigosa fantasia: a da eliminação sumária de todos os contingentes que, mergulhados na miséria ou no crime, atestam o fracasso histórico das políticas de segurança pública e de inclusão social empreendidas até agora no país.

É precisamente sobre esse fracasso, entretanto, que o governador Sérgio Cabral visava lançar alguma luz. Apesar da gafe cometida, foi corajoso o seu pronunciamento sobre a necessidade de

oferecer aos mais pobres informação sobre métodos anticoncepcionais e de assegurar a brasileiras de todas as classes, dentro de certos limites, o direito legal ao aborto.

“A mulher tem o direito de interromper uma gravidez não-desejada. É assim em Portugal, na Espanha, no Japão e nos EUA. Por que não pode ser assim no Brasil?”, perguntou Cabral, quebrando o tabu sobre um tema que tantos políticos preferem tratar com hipocrisia.

Seria arriscado atribuir certeza científica definitiva à tese, por ele invocada, de que o direito ao aborto é fator decisivo na redução da criminalidade. O estudo de Steven Levitt e John Donohue, que argumentava nesse sentido, baseou-se nos dados disponíveis em diversas cidades americanas e estará sujeito a contestações se for o caso de transplantá-lo à realidade brasileira.

Não se trata, em todo caso, de especular sobre a validade de tal teoria. Uma questão de princípios está em jogo. Importa dar igualdade de condições a todas as mulheres na hora de decidir se querem filhos ou não, e em que condições haverão de criá-los.

Salta aos olhos o efeito da desigualdade social no acesso aos métodos contraceptivos. Segundo o Censo de 2000, o índice de fecundidade em favelas cariocas era de 2,6 filhos por mulher, 50% mais alto do que no resto da cidade, onde era de 1,7. Nada que se compare aos números de Gabão (5,4) e Zâmbia (6,1), invocados por Cabral.

O destempero numérico do governador deve ser dissociado, entretanto, da essência de seu argumento. Se a legalização do aborto, dado o caráter essencialmente polêmico do tema, deve ser decidida por plebiscito, o acesso ao planejamento familiar é um direito básico que cumpre assegurar nas comunidades carentes. Colocando com clareza essa discussão, o pronunciamento de Sérgio Cabral se reveste de uma importância que, sem dúvida, as formulações infelizes de que veio acompanhado não são suficientes para diminuir.

Sabatina reprovada

OS SENADORES da Comissão de Infra-Estrutura honraram uma das mais lamentáveis tradições da Casa e transformaram em nova pantomima a arguição de dois diretores para a inoperante Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Votaram e aprovaram os candidatos antes mesmo de ouvir suas respostas.

Para ganhar tempo, os indicados Marcelo Pacheco dos Guimarães e Alexandre Gomes de Barros iniciaram as preleções quando havia só dois senadores presentes. Alcançado o quórum, passou-se à votação, com sus-

pensão da sabatina. Os senadores votavam e iam embora.

Além dos relatores, só quatro dos 22 integrantes da comissão formularam questões. Nem fora iniciada a sessão de respostas e os votos já eram abertos e contados. Quando Guarany e Barros terminaram de responder, havia um só parlamentar presente.

O Senado Federal já não estivera à altura da sua responsabilidade ao referendar a diretoria anterior da Anac, cuja inépcia contribuiu decisivamente para a balbúrdia nos aeroportos.

No Senado tudo se negocia, está visto, mas nada se aprende.



TATUAGEM PERMANENTE
- Eu quero a minha igual à do Fernando Henrique: cor de sangue!

JOSÉ SARNEY

O Islã, judeus e cristãos

SE HÁ UM POVO sofrido é o curdo. A história não tem sido generosa com eles. Seu sofrimento é milenar. Agora, uma vez mais, eles estão no meio de um massacre. Pelo que eles lutam há séculos? Por uma nação independente, que se chamaria Curdistão. Eles têm língua e costumes próprios, e são muçulmanos. Acontece que estão espalhados: 34% moram na Turquia, 26% no Iraque, 6% na Síria e 6% no Irã. Esses números eu recolhi de um livro excelente e muito bem escrito, que é “Sobre o Islã”, de Ali Kamel.

Já escrevi várias vezes sobre os curdos, desde o massacre a gás feito por Saddam, em 1991, em Kirkuk, passando por episódios da guerra até este ano sobre o genocídio de Sinjar.

Acontece que, como acentua Ali Kamel, o Iraque não é um caldeirão de etnias. Há apenas duas: árabes e curdos. A grande divisão é entre xiitas e sunitas. Os curdos são em maioria muçulmanos sunitas.

O livro de Kamel ajuda a compreender o mundo de controvérsias e coincidências entre as três religiões monoteístas vindas de Abraão — judeus, cristãos e muçulmanos — e a convergência de seus princípios básicos.

Só quem visita aquela região, como eu fiz há oito anos, à Síria e ao Egito, e há dois anos, à Jordânia, vendo como seus povos se subdividem em seitas, ritos e grupos, pode compreender como é complexo o que ali acontece e como é difícil encontrar soluções. Houve mesmo uma reunião do InterAction (organização de ex-chefes de Estado e de governo de que faço parte) com teólogos católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, budistas, hinduístas e confucionistas na tentativa de descobrir um caminho de entendimento para a humanidade. É essa busca de desfazer equívocos e encontrar esse terreno comum que descreve o livro de Ali Kamel.

Nesses debates foi encontrado um ponto em comum entre todas elas: “Não façam a ninguém aquilo que não querem que lhe façam”.

Fiquei impressionado quando li sobre a lei islâmica, conhecida como Charia, que se baseia em normas fixas, quase regimentais, e chega a detalhes incriveis, curiosidades para nós, até mesmo regras sobre depilação, remoção de sobrancelhas, coito interrompido, não abandonar a mulher nos dias de menstruação, abate de animais cortando a cabeça e tantas e tantas normas, que as sucessivas gerações não flexibilizaram.

O livro do Ali Kamel é um repertório fantástico de informações e dados nunca antes revelados em língua portuguesa e envolve sobre o assunto um saber enciclopédico, que merece ser conhecido e lido.

jose-sarney@uol.com.br

JOSÉ SARNEY escreve às sextas-feiras nesta coluna.

FRASES

SUÉCIA X GABÃO
Você pega o número de filhos por mãe na Lagoa Rodrigo de Freitas, Tijuca, Méier e Copacabana, é padrão sueco. Agora, pega na Rocinha. É padrão Zâmbia, Gabão. Isso é uma fábrica de produzir marginal

SÉRGIO CABRAL
governador do Rio, defendendo o aborto como combate à violência, ontem na Folha.

EXTERMINIO
Defender o aborto como meio de controle da natalidade dos pobres, por serem potenciais criminosos, é justificar políticas de extermínio

CHICO ALENCAR
deputado federal (PSOL-RJ), criticando Sérgio Cabral, ontem na Folha.

CLÓVIS ROSSI

Quem pare a violência

MADRI - Não conheço o governador do Rio, Sérgio Cabral Filho. Não sei se sua gestão é boa, ruim ou péssima, mas é indiscutível que o rapaz é corajoso, ao menos no falar. Toca em assuntos tabus, como foi o caso, mal assumiu, da presença das Forças Armadas no combate à violência urbana.

Agora Cabral entra no pantanoso terreno da suposta ligação entre a fertilidade das mães pobres e a criminalidade. Sua teoria de que as taxas de fertilidade de mães faveladas são “uma fábrica de produzir marginal” é de um preconceito notável. Pode-se dar mil voltas à frase, mas ela equivale a dizer que pobre gera marginal e ponto final.

Mas há outra parte da frase que merece um segundo olhar.

É quando o governador diz que parte das mães moradoras de áreas carentes “está produzindo crianças, sem estrutura, sem conforto familiar e material”. E acrescenta que essas mulheres não receberem “orientação do governo em questões de planejamento familiar dos

órgãos de saúde”.

Muito bem. Primeiro ponto: falta de “estrutura” e de “conforto familiar” não é problema só de famílias carentes. Há famílias que têm e oferecem “conforto material”, o que não impede que os filhos sejam criminosos. Basta ver a lista dos chamados criminosos de colarinho branco, de amplo “conforto material”. Podem até não ser violentos, mas são delinquentes.

Segundo ponto: planejamento familiar é, de fato, um problema a ser enfrentado, não para que os pobres tenham menos filhos porque são pobres, mas para que tenham filhos aos quais possam oferecer as melhores condições possíveis dentro da realidade brasileira.

Tudo somado, de fato, o Brasil é “uma fábrica de produzir marginal”, mas a culpa não é das “parideiras”, e sim de uma estrutura social obscura e de um Estado incapaz de impor o monopólio da coerção que lhe é inerente.

crossi@uol.com.br

ELIANE CANTANHÊDE

Muito pior do que asneiras

BRASÍLIA - Para o geneticista norte-americano James Watson, “as experiências” mostram que a inteligência dos africanos (negros) não é igual à “nossa” (dele, que é branco), e citou uma dessas “experiências”: “Quem tem que lidar com empregados negros sabe que isto não é verdade”.

E olha que Watson não é qualquer um. É um pioneiro em pesquisas com DNA e ganhador do Prêmio Nobel de Medicina em 1962.

Para o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues, de Sete Lagoas (MG), a Lei Maria da Penha, que aumenta as penas para agressões contra mulheres, é inconstitucional e apenas um “conjunto de regras diabólicas”. E explicou: “O mundo é masculino” e “a desgraça humana começou por causa da mulher”.

E olha que Rumbelsperger Rodrigues não é qualquer um. É juiz, num país onde ainda há milhares ou milhões de analfabetos.

Para o governador Sérgio Cabral (PMDB), do Rio, o aborto pode ser um bom remédio contra a violên-

cia. Mas o aborto para as mulheres pobres, evidentemente, porque ele considera que as altas taxas de fertilidade nas favelas são “uma fábrica de produzir marginal”.

E olha que Cabral não é qualquer um. É governador de um dos três principais Estados do Brasil e um nome em ascensão na política nacional, lembrado até para 2010.

Depois de dizerem o que queriam e ouvirem o que não queriam, o geneticista Watson, o juiz Rumbelsperger e o governador Cabral estão, um atrás do outro, tentando explicar que não era bem assim e se desculpando por dizerem “asneiras”.

Não, meus caros, não foi. O que vocês disseram foi muito mais profundo e mais grave do que meras asneiras, pelo caráter do que foi dito e pelo grau de responsabilidade de quem o disse. Cada passo à frente contra o racismo e o preconceito exige enorme esforço. Coisas assim são milhões de passos atrás.

Em que mundo estamos? E onde vamos afinal parar?

elianec@uol.com.br

NELSON MOTTA

Sonho americano, pesadelo carioca

RIO DE JANEIRO - O capitão Nascimento ficaria surpreso: o Departamento de Polícia de Nova York admite que, apesar de seus esforços, a cidade é a maior consumidora de drogas do mundo. Mas a criminalidade e a violência urbana — sob controle de uma força policial eficiente, honesta, bem paga e aparelhada — só diminuem.

Sim, é possível. Apesar do poder do tráfico, que disputa o abastecimento de tão rico mercado, não há balas perdidas nem guerras de quadrilhas, nem infiltração no aparelho policial e judiciário, nem tortura e impunidade. Ninguém diz que, se os nova-iorquinos parassem de consumir drogas, a criminalidade acabaria. Eles viveram a experiência da Lei Seca, quando o crime se organizou a partir da indústria clandestina de bebidas.

Desde a histórica campanha “Tolerância Zero”, do prefeito Giuliani, nos anos 90, que começou com uma implacável limpeza na polícia, os

índices de criminalidade violenta despencaram em Nova York, apesar do crescimento do tráfico de drogas. Mas os roubos, assaltos, homicídios, estupros e seqüestros caíram drasticamente, e Giuliani foi reeleito com apoio até da oposição.

A polícia de Nova York persegue traficantes e consumidores, não aceita subornos, denuncia e pune com rigor seus desvios e violências, assume as suas responsabilidades e faz o que tem que ser feito, para o que são pagos: garantir segurança e liberdade aos cidadãos.

Enquanto isso, no Rio, dizem que o tráfico é a origem de todos os males que assolam a população. Parece até que se ele acabasse a cidade voltaria a ser o paraíso tropical dos anos dourados. Mas, se o “movimento” acabasse, eles não venderiam doces: seriam legiões de bandidos desempregados e armados descendo sobre a cidade indefesa. Sofia não teria pior escolha.